

## ANTICAPACITISMO E FORMAÇÃO DOCENTE EM CIÊNCIAS SOCIAIS: A CONSTRUÇÃO DE UM JOGO DIDÁTICO NO LAPECS/UFF

Rafael Fideles André<sup>1</sup>  
Geovana Tabachi Silva<sup>2</sup>  
Raquel Brum Fernandes<sup>3</sup>

### INTRODUÇÃO

A matriz curricular da Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal Fluminense em Campos dos Goytacazes é composta, especialmente a partir das modificações determinadas pela Resolução CNE/CP 02/2015<sup>4</sup>, por quatro disciplinas de estágio docente e três disciplinas de prática educativa em Ciências Sociais, às quais buscam articular os saberes acadêmicos e os saberes escolares no processo de formação docente. Entre as diversas temáticas e contextos a serem abordados nessas disciplinas está a educação inclusiva de pessoas com deficiência, conforme determinado pela Lei 13146:

Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:

(...)X - adoção de práticas pedagógicas inclusivas pelos programas de formação inicial e continuada de professores e oferta de formação continuada para o atendimento educacional especializado;

(...)XIV - inclusão em conteúdos curriculares, em cursos de nível superior e de educação profissional técnica e tecnológica, de temas relacionados à pessoa com deficiência nos respectivos campos de conhecimento. (BRASIL, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, 2015).

Dessa forma, tanto nas disciplinas como no âmbito no Laboratório de Pesquisa em

---

<sup>1</sup> Licenciando do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal Fluminense - UFF em Campos dos Goytacazes. Pardo, masculino, Santo André/SP - rfandre@id.uff.br;

<sup>2</sup> Professora Associada do Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal Fluminense – UFF em Campos dos Goytacazes. Parda, feminino, Vitória/ES - geovanatabachi@id.uff.br;

<sup>3</sup> Professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal Fluminense – UFF em Campos dos Goytacazes. Branca, feminino, Niterói/RJ - raquelbrum@id.uff.br

<sup>4</sup> Resolução do Conselho Nacional de Educação/ Conselho Pleno. Disponível em: [Resoluções CP 2015 — Ministério da Educação](#)

Ensino de Ciências Sociais/LAPECS, através da leitura e debate de textos acadêmicos e jornalísticos, da realização de pesquisas, rodas de conversa a partir de observações e/ou experiências individuais, entre outras atividades, buscamos contribuir para a formação de docentes comprometidos com o anticapacitismo e a educação inclusiva de pessoas com deficiência. No primeiro semestre de 2024, as turmas de Prática Educativa II, da professora Geovana Tabachi Silva e Pesquisa e Prática Educativa III, da professora Raquel Brum Fernandes, trabalharam juntas na discussão do tema e na posterior elaboração de um jogo, aplicado depois aos estudantes do Pré Social Jorge da Paz Almeida.

### **METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)**

Ao início do semestre, as professoras realizaram o planejamento do que seria a atividade conjunta desenvolvida pelas turmas sobre o tema da educação inclusiva de pessoas com deficiência. Optaram, então, pela elaboração de um jogo didático, cuja elaboração fosse dinâmica e interessante para os licenciandos e que permitisse uma aplicação atrativa e divertida em instituições de educação básica. Dessa forma, o objetivo era realizar a discussão sobre o tema no horário das aulas das disciplinas Prática Educativa II e Pesquisa e Prática Educativa III (estágio supervisionado), disciplinas do sétimo período da Licenciatura em Ciências Sociais da UFF em Campos dos Goytacazes. Depois, organizaríamos encontros com todos os estudantes na sala do LAPECS para elaborar e confeccionar o jogo. Por último, aplicaríamos o jogo nas escolas em que os estudantes realizariam seus estágios docentes no semestre.

Entretanto, com o crescimento do movimento grevista, composto por estudantes, docentes e técnicos, já nas primeiras semanas letivas de 2024, o calendário de aulas foi inicialmente alterado pelas paralisações e depois suspenso com a adesão dos docentes da UFF à greve dos servidores federais da educação em 29 de abril<sup>5</sup>.

Para que a reflexão sobre a educação inclusiva de pessoas com deficiência, já iniciada nas primeiras aulas, não fosse totalmente interrompida, organizamos, em 15 de maio, uma atividade de greve aberta à comunidade acadêmica local sobre o tema. Durante a divulgação do evento, indicamos a leitura da Lei 13.146 e do texto “Terminologia sobre Deficiência na Era da Inclusão”, de Romeu Sassaki (2003), para fundamentar a discussão que seria realizada. A atividade ocorreu com a participação de 20 pessoas, entre estudantes e professores.

<sup>5</sup>Associação dos Docentes da UFF (Aduff): Assembleia docente aprova: greve começa na UFF no dia 29 de abril.

Disponível em: [Assembleia docente aprova: greve começa na UFF no dia 29 de abril](#)

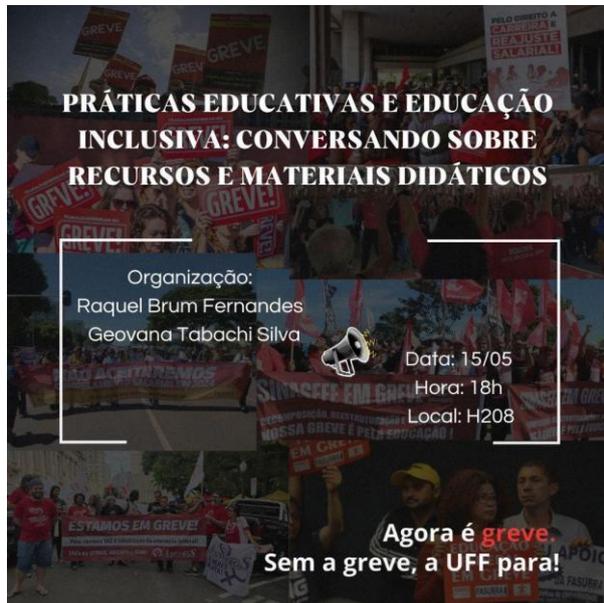


Imagem 1: Material de divulgação da atividade de greve.

Com o fim da greve e o retorno das aulas em 01 de julho, demos sequência ao objetivo de elaboração do jogo, definindo que seria no formato de perguntas e respostas e realizando o primeiro encontro entre as duas turmas dia 17 do mesmo mês. Neste encontro, definimos as perguntas que apareceriam nas cartas do jogo, elaboradas pelos licenciados e fazendo referência aos desafios enfrentados por pessoas com deficiência no Brasil, a políticas públicas e práticas educativas de inclusão, às terminologias adequadas, entre outras questões. Um exemplo de pergunta elaborada foi: Você segue pessoas com deficiência em suas redes sociais? Por quê? Nessa ocasião o grupo passou a contar também com os mestrados Karina Reis e Rafael Rosetto, bolsistas do Programa de Tutoria da UFF, que cooperaram com a edição das perguntas e a confecção das cartas. Em 31 de julho foi realizado um segundo encontro, para finalizar a impressão e recorte das cartas.

Por fim, o jogo, chamado de “Anticapacitismo”, contou com 30 perguntas distribuídas em cartas individuais ilustradas, como pode ser observado nas imagens 2 e 3. Como naquele momento as escolas estavam no período de férias, decidimos realizar a aplicação inicial do jogo para os alunos do Pré Social Jorge da Paz Almeida, pré-vestibular social da UFF em Campos dos Goytacazes. Assim, o grupo formado pelos estudantes das duas disciplinas, os tutores e as professoras organizou, para o dia 08 de agosto, uma tarde de discussão e reflexão sobre o anticapacitismo, contando com a participação da professora e geógrafa Livia Siqueira,

que é deficiente visual e compartilhou um pouco de suas experiências de exclusão/inclusão na cidade de Campos e no contexto universitário e profissional. Como última atividade do dia, foi aplicado o jogo aos 28 estudantes do pré-vestibular presentes, com cada um deles escolhendo uma carta, lendo a pergunta contida nela e respondendo da forma que achasse adequada. A partir das respostas, os tutores e licenciandos desenvolviam reflexões sobre as questões levantadas.



Imagens 2 e 3: Jogo “Anticapacitismo”

## DESENVOLVIMENTO/REFERENCIAL TEÓRICO

Segundo Edson Antoni e Joselito Zalla, a escolha de jogos como recursos didáticos “acaba por agenciar, de um lado, elementos da memória afetiva do estudante, estabelecendo pontes entre a experiência socialmente adquirida e os saberes formais e, de outro, apela às suas sensibilidades corporais e expressivas, oportunizando espaços de ação e criação (2013, p.151). Analisando a aplicação de jogos didáticos no ensino de sociologia, Júlia Maçaira, Gustavo Azevedo, Joana Macedo e Thiago Esteves (2021) demonstram como essas atividades podem estimular a imaginação sociológica e conectar, de forma lúdica, os conceitos trabalhados e a realidade dos estudantes.

Nesse sentido, é relevante ressaltar o quanto o conhecimento pedagógico se constitui na interrelação de saberes científicos, curriculares e experiência docente, formando uma base

necessária para que futuros professores possam atuar no contexto escolar (TARDIF, 2000). Tendo em vista essa premissa, a inclusão de práticas pedagógicas inclusivas torna-se central na formação inicial de professores, exigindo a adoção de estratégias de ensino que respeitem e promovam a acessibilidade e a igualdade de oportunidades.

Para Antunes (2006), a educação inclusiva contempla o direito à educação, à equiparação de oportunidades, ao respeito, à aceitação da diferença e à participação de todas e todos no contexto escolar, independente de cor, raça, classe social, sexo, deficiência, entre outros. Desse modo, a consolidação da educação inclusiva implica no questionamento da escola tradicional e na mudança de sua cultura organizacional, no que diz respeito ao reconhecimento da diversidade como princípio educativo. O autor observa, ainda, sobre a polissemia do conceito de inclusão e da necessidade da eliminação de barreiras, às quais impedem as pessoas de realizarem atividades e funções na sociedade, como por exemplo a acessibilidade comunicacional, ou seja, o direito de falar.

Conforme a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – Lei 13146/2015, em seu artigo 3º parágrafo 4º, barreiras são:

IV – qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outras.

Portanto, a construção de uma sociedade inclusiva passa também pelo cuidado com a criação de políticas públicas de valorização das diferenças, do mesmo modo que, a ampliação linhas de pesquisa que fortaleçam estudos sobre inclusão social. Estes estudos necessitam priorizar a igualdade de direitos como categoria jurídica, assim como considerar a deficiência como categoria relacional, fugindo o paradigma clássico da normalização, e como campo de luta, entre o modelo biomédico e social.

A abordagem anticapacitista promove um ambiente educacional onde todos os estudantes, independentemente de suas condições, possam ter acesso ao cotidiano da escola e as práticas oferecidas neste contexto, minimizando danos advindos do processo de opressão e discriminação vivenciado por pessoas com deficiência.

Debora Diniz (2007), antropóloga e defensora dos direitos humanos, afirma em seus estudos sobre deficiência, que a compreensão do termo é fundamental para entender a sua complexidade e as suas múltiplas dimensões. Para a pesquisadora, é relevante construir uma visão abrangente que vai além das definições tradicionais, abordando a deficiência como uma questão de direitos humanos e inclusão social. Assim, ao explorar diferentes modelos, narrativas pessoais e políticas públicas é possível a promoção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Acessibilidade, inclusão, anticapacitismo, igualdade de oportunidades, deficiência são conceitos, categorias e temas bons para pensar e que tendem a acionar aprendizagens significativas e equitativas, fundamentais na composição dos currículos do ensino de Ciência Sociais. O debate sobre essas temáticas proporciona, ainda, a imaginação sociológica e a desnaturalização de visões pedagógicas e pessoais, provocando práticas educativas conectadas com as realidades escolares, assim como, fazendo valer os princípios da Lei 13146 sobre a educação inclusiva.

Existem variedades de estratégias e práticas educativas de inclusão que podem ser adaptadas e combinadas conforme as necessidades e contextos específicos de cada ambiente educacional. Na atividade proposta nas disciplinas Prática Educativa II e Pesquisa e Prática Educativa III, na qual está incluído o estágio docente, tomamos como recurso didático o jogo, uma atividade lúdica que integra diversas possibilidades pedagógicas e formativas, acionando a valorização da diversidade, abordagem interdisciplinar, o uso de tecnologias digitais, além da constituição de ambiente de aprendizagem acessível para todas e todos estudantes.

Pensando em uma perspectiva de aluno da universidade e futuro professor de sociologia<sup>6</sup>, o jogo se tornou algo enriquecedor tanto para minha formação de discente como para a formação pessoal. De início quando as professoras propuseram esse jogo para nós, eu observei isso como algo desafiador, visto que na maioria da formação de Ciências Sociais o curso é muito voltado para uma parte teórica. Desafiador no sentido de ter que colaborar em algo prático/lúdico no qual nós, discentes, tivemos que exercer a nossa imaginação sociológica, pensar sobre as nossas vivências e a nossa formação na universidade para elaborar as perguntas e aplicar aos alunos do pré-vestibular. Vale ressaltar o desafio que

precisaria ser um jogo voltado para a realidade dos jovens para prender a atenção deles, visto que atualmente estão a todo momento expostos a estímulos visuais, como as redes sociais. Ter esse jogo lúdico colabora com a sua imaginação sociológica no sentido que, após ver certas cartas, o jovem consiga refletir sobre o que em determinado momento ele possa ter vivenciado. Isso foi observado quando o jogo foi aplicado para a turma do pré-vestibular, no qual eles levantaram várias questões acerca das pessoas com deficiências. Assim sendo possível mostrar a teoria sobre as pessoas com deficiência nas cartas com a prática que seria as histórias de suas vivências, reforçando novamente a imaginação sociológica.

Pensar na formação pessoal colaborou no sentido em que nessas trocas de ideias a gente conseguiu aprender coisas novas com o jogo, refletir sobre o nosso cotidiano dentro da universidade e pensar no desafio que é ser professor e trazer sempre inovações. Assim, essa proposta das professoras para colaborarem na nossa formação fizeram com o que a gente pudesse refletir e pensar daqui pra frente um ensino de inclusão e anticapacitismo.

---

<sup>6</sup> Trecho escrito por Rafael Fideles André, licenciando em Ciências Sociais.

**Palavras-chave:** formação docente; anticapacitismo; Ensino de Sociologia na Educação Básica; inclusão; jogos didáticos.

## REFERÊNCIAS

ANTONI, Edson; ZALLA, Jocelito. O que o jogo ensina: práticas de construção e avaliação de aprendizagens em História In: GIACOMONI, M. P.; PEREIRA, N. M. (Org.). Jogos e Ensino de História. Porto Alegre: Evangraf, 2013. p. 148-166.

BRASIL. [Estatuto da pessoa com deficiência (2015)]. Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência [recurso eletrônico] : Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (Estatuto da pessoa com deficiência) / Câmara dos Deputados. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015. – (Série legislação ; n. 200)

ANTUNES, Celso; **Educação Inclusiva: Disfunções Cerebrais e a Inclusão**. Florianópolis – SC. Ceitec. 2006.

DINIZ, Débora. O que é deficiência. São Paulo: Brasiliense, 2007 (Coleção Primeiros Passos, 324

MAÇAIRA, Julia. Polessa; AZEVEDO, Gustavo Cravo; MACEDO, Joana; ESTEVES, Thiago. A experiência da 1ª olimpíada estadual de sociologia do rio de janeiro. Anais do VII Encontro Nacional de Ensino de Sociologia na Educação Básica... Campina Grande: Realize

Editora, 2021. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/75556>

SASSAKI, Romeu Kazumi. Terminologia sobre deficiência na era da inclusão. Revista Nacional de Reabilitação. São Paulo: ano 5 nº. 24, jan./fev. 2002, p. 6-9. <https://petpedagogia.ufba.br/terminologia-sobre-deficiencia-na-era-da-inclusao>

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional** Petrópolis: Vozes, 2002.